

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.155 - SP
(2019/0345355-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARIA FERNANDA PITA
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
SARA TAVARES QUENTAL RODRIGUES - SP256006
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
VITOR MONAQUEZI FERNANDES - SP323436
AGRAVADO : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
BEATRIZ MARQUES DE LIMA JACCOMASSI - RJ227698

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo em recurso especial, mediante os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 571):

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de prequestionamento e Súmula 83/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

Nas razões do recurso, a parte agravante sustenta, em síntese, que "ao contrário do afirmado na r. decisão proferida, o Agravo em Recurso Especial interposto pela ora Agravante impugnou especificamente todos os pontos da decisão que não admitiu o RESP" (e-STJ, fl. 476), pugnando, ao final, pela reconsideração da decisão agravada.

A parte agravada apresentou impugnação.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Considerando as razões explicitadas pela parte agravante, bem como a existência de recursos especiais repetitivos, nos quais foi determinada a suspensão dos processos que tratam dos temas em debate, reconsidero a decisão agravada, passando a

nova análise do recurso especial.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 451):

PLANO DE SAÚDE. Ação de obrigação de fazer. Autora beneficiária de plano de saúde de autogestão oferecido pelo Banco Itaú. Sentença de procedência. Implemento das condições do art. 31 da Lei nº 9.656/98 que concede ao beneficiário o direito de permanecer em plano de saúde com condições assistenciais semelhantes às oferecidas durante a vigência do contrato de trabalho por força do contrato originário, inexistindo direito adquirido a modelo de custeio e/ou a valor de mensalidade. Plano de saúde reestruturado sem distinção de empregados ativos e inativos. Novo modelo de custeio por faixa etária. Legalidade. Precedentes do STJ e desta C. Câmara. Ação improcedente. Sentença reformada. RECURSO DA AUTORA DESPROVIDO, PROVIDO O DA RÉ.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 47 e 51 do Código de Defesa do Consumidor; e do art. 31 da Lei nº 9.656/98; bem como divergência jurisprudencial.

Alega que possui direito a permanecer como beneficiária do plano de saúde coletivo administrado pela recorrida, considerando que preenche os requisitos legais, bem como sustenta a abusividade da cobrança das mensalidades por faixa-etária, em razão de suposta excessividade dos valores cobrados, defendendo a manutenção das condições vigentes à época em que estava em atividade.

Contrarrazões apresentadas.

Pois bem. Verifico que se discute, no recurso especial, as seguintes questões: "(a) Validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e (b) Ônus da prova da base atuarial do reajuste" (Tema 1.016/STJ); bem como "Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei nº 9.656/1998" (Tema 1.034/STJ).

Com efeito, tais matérias foram afetadas ao julgamento da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos (arts. 1.036 a

Superior Tribunal de Justiça

1.041 do CPC/2015), nos autos do Recurso Especial nº 1.716.113/DF (DJe 10/6/2019), de relatoria do Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, e do Recurso Especial nº 1.818.487/SP (DJe 5/11/2019), de relatoria do MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, respectivamente.

Desse modo, afastada a urgência do julgamento do recurso especial e caracterizada a identidade de questão de direito submetida à sistemática dos recursos repetitivos, os presentes autos devem ser devolvidos à Corte de origem, nos termos do art. 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

Em face do exposto, nos termos do art. 1.037, inciso II, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que lá permaneçam sobrestados até o julgamento do mérito dos recursos especiais representativos das aludidas controvérsias (Temas 1.016 e 1.034/STJ).

Após, firmadas as teses sobre as questões suscitadas no recurso especial, proceda-se em conformidade com as disposições dos arts. 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora